

*Prof. Adriano Grigorini.
Direitos Humanos e Direito Internacional.
Questões Comentadas/Apostila de Exercícios/Atualização.*

XXV EXAME UNIFICADO – CADERNO BRANCO – TIPO 1

Questão 18.

Você foi procurado, como advogado(a), por representantes de um Centro de Defesa dos Direitos Humanos, que lhe informaram que o governador do estado, juntamente com o ministro da justiça do país, estavam articulando a expulsão coletiva de um grupo de haitianos, que vive legalmente na sua cidade. Na iminência de tal situação e sabendo que o Brasil é signatário da Convenção Americana sobre os Direitos Humanos, assinale a opção que indica, em conformidade com essa convenção, o argumento jurídico a ser usado.

- A) Um decreto do governador combinado a uma portaria do ministro da justiça constituem fundamento jurídico suficiente para a expulsão coletiva, segundo a Convenção acima citada. Portanto, a única solução é política, ou seja, fazer manifestações para demover as autoridades desse propósito.
- B) A Convenção Americana sobre os Direitos Humanos é omissa quanto a esse ponto. Portanto, a única alternativa é buscar apoio em outros tratados internacionais, como a Convenção das Nações Unidas, relativa ao Estatuto dos Refugiados, também conhecida como Convenção de Genebra, de 1951.
- C) A expulsão coletiva de estrangeiros é permitida, segundo a Convenção Americana sobre os Direitos Humanos, apenas no caso daqueles que tenham tido condenação penal com trânsito em julgado, o que não foi o caso dos haitianos visados pelos propósitos do governador e do ministro, uma vez que eles vivem legalmente na cidade.
- D) A pessoa que se ache legalmente no território de um Estado tem direito de circular nele e de nele residir em conformidade com as disposições legais. Além disso, é proibida a expulsão coletiva de estrangeiros.

Resposta: Letra D.

Gabarito Comentado.

- a) Falsa. Art. 22, 1. e 9., da CADH.
b) Falsa. Art. 22, 1. e 9., da CADH.
c) Falsa. Art. 22, 1. e 9., da CADH.
d) Verdadeira. Art. 22, 1. e 9., da CADH.

Questão 19.

O governo federal autorizou uma mineradora a prospectar a exploração dos recursos existentes nas terras indígenas. Numerosas instituições da sociedade civil contratam você para, na condição de advogado, atuar em defesa da comunidade indígena. Tendo em vista tal fato, além do que determina a Convenção 169 da OIT Sobre Povos Indígenas e Tribais, assinale a afirmativa correta.

- A) O governo deverá estabelecer ou manter procedimentos com vistas a consultar os povos indígenas interessados, a fim de determinar se os interesses desses povos seriam prejudicados e em que medida, antes de empreender ou autorizar qualquer programa de prospecção ou exploração dos recursos existentes em suas terras.
- B) A prospecção e a exploração dos recursos naturais em terras indígenas pode ocorrer independentemente da autorização e da participação dos povos indígenas nesse processo, desde que haja uma indenização por eventuais danos causados em decorrência dessa exploração.

C) A prospeção e a exploração das riquezas naturais em terras indígenas podem ocorrer mesmo sem a participação ou o consentimento dos povos indígenas afetados. No entanto, esses povos têm direito a receber a metade do valor obtido como lucro líquido resultante dessa exploração.

D) Se a propriedade dos minérios ou dos recursos do subsolo existentes na terra indígena pertencerem ao Estado, o governo não está juridicamente obrigado a consultar os povos interessados. Nesse caso, restaria apenas a mobilização política como estratégia de convencimento.

Resposta: Letra A.

Gabarito Comentado.

- a) Verdadeira. Art. 15 da Conv. 169 da OIT.
- b) Falsa. Art. 15 da Conv. 169 da OIT.
- c) Falsa. Art. 15 da Conv. 169 da OIT.
- d) Falsa. Art. 15 da Conv. 169 da OIT.

Questão 20.

Ernesto concluiu o doutorado em Direito em prestigiosa universidade situada em Nova York, nos Estados Unidos, e pretende fazer concurso para o cargo de professor em uma universidade brasileira. Uma das exigências para a revalidação do seu diploma estrangeiro é que este esteja devidamente legalizado. Essa legalização de documento estrangeiro deverá ser feita mediante

- A) o apostilamento pela Convenção da Apostila de Haia, da qual Brasil e Estados Unidos fazem parte.
- B) a consularização no consulado brasileiro em Nova York.
- C) a notariação em consulado norte-americano no Brasil.
- D) o apostilamento pela Convenção da Apostila de Haia, no consulado brasileiro.

Resposta: Letra A.

Gabarito Comentado.

- a) Verdadeira. Art. 6º da Conv. de Haia sobre Apostilamento.
- b) Falsa. Art. 6º da Conv. de Haia sobre Apostilamento.
- c) Falsa. Art. 6º da Conv. de Haia sobre Apostilamento.
- d) Falsa. Art. 6º da Conv. de Haia sobre Apostilamento.

Questão 21.

Paulo, brasileiro, celebra no Brasil um contrato de prestação de serviços de consultoria no Brasil a uma empresa pertencente a François, francês residente em Paris, para a realização de investimentos no mercado imobiliário brasileiro. O contrato possui uma cláusula indicando a aplicação da lei francesa. Em ação proposta por Paulo no Brasil, surge uma questão envolvendo a capacidade de François para assumir e cumprir as obrigações previstas no contrato. Com relação a essa questão, a Justiça brasileira deverá aplicar

- A) a lei brasileira, porque o contrato foi celebrado no Brasil.
- B) a lei francesa, porque François é residente da França.
- C) a lei brasileira, país onde os serviços serão prestados.
- D) a lei francesa, escolhida pelas partes mediante cláusula contratual expressa.

Resposta: Letra B.

Gabarito Comentado.

- a) Falsa. Art. 7º, *caput* e § 8º da LINDB.
- b) Verdadeira. Art. 7º, *caput* e § 8º da LINDB.
- c) Falsa. Art. 7º, *caput* e § 8º da LINDB.
- d) Falsa. Art. 7º, *caput* e § 8º da LINDB.